

COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

PROCESSO: 19078/2021

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: CONCORRÊNCIA Nº 03/2021

OBJETO: obras e serviços de construção de uma escola com 12 salas localizada no Povoado Vila São Francisco no Município de Arapiraca/AL.

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECURSANTE: UCHOA CONSTRUCOES LTDA.

A empresa UCHOA CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.276.767/0001-12, impetrou recurso administrativo em face de sua Inabilitação na Concorrência nº 03/2021, Processo nº 19078/2021, que tem por objeto obras e serviços de construção de uma escola com 12 salas localizada no Povoado Vila São Francisco no Município de Arapiraca/AL, o qual passaremos a analisar a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante.

O Julgamento Habilitatório da Concorrência nº 03/2021, datado de 18 de novembro de 2021, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas em data de 19 de novembro de 2021, estabeleceu prazo para apresentação de recurso administrativo até o dia 26 de novembro de 2021, ficando os autos do processo com vista franqueada aos interessados. A Recursante, tempestivamente, apresentou recurso no dia 26 de novembro de 2021.

Em atendimento ao estabelecido no art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, os demais licitantes foram comunicados sobre a interposição de recurso, sendo estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das contrarrazões, cujo término foi definido para o dia 06 de dezembro de 2021, conforme Comunicado de Interposições de Recursos Administrativos datado de 26 de novembro de 2021 e veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas em data de 29 de novembro de 2021. Findo o prazo mencionado, não houve manifestação ou apresentação de contrarrazões.

2. DAS RAZÕES DE RECURSO

A Recursante alega que toda a documentação exigida na licitação foi juntada no momento da habilitação e que a empresa cumpriu todos os requisitos para a sua habilitação no certame, portanto, devendo a empresa ser habilitada no presente procedimento licitatório.



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Aduz que pode ter havido algum tipo de extravio do documento referente à Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, por parte da própria administração pública, diante do grande volume de documentos apresentados. Menciona que 16 (dezesseis) licitantes participaram do certame, onde todos fizeram vistas ao processo, inclusive com diversos questionamentos a respeito dos documentos, e se realmente houvesse a ausência do documento mencionado, tal fato seria registrado em ata.

Fez juntar em sua peça recursal a Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da empresa, emitida em 04/11/2021, com validade até 03/01/2022.

Entende que cumpriu estritamente as previsões do edital do certame, ao tempo que pugna pela reforma da decisão que a inabilitou.

Por fim, requer que sejam acolhidas as razões recursais, dando provimento ao recurso no sentido de habilitar a Recorrente.

3. DO MÉRITO

Preliminarmente, é consabido que a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº. 8.666/93, que regula a modalidade de licitação denominada Concorrência, e que esta comissão de Licitação agiu com estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da mesma lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Ressalta-se que esta Comissão de Licitação teve o cuidado de exigir que todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes estivessem devidamente numerados. Inclusive, pode ser observado na Ata de Abertura da Concorrência nº 03/2021, datada de 13 de setembro de 2021, que apenas duas empresas não realizaram a numeração das páginas de seus documentos de habilitação, não sendo a Recursante uma delas. Pelo contrário, a Recursante apresentou os seus documentos de habilitação devidamente carimbados, numerados e rubricados, com numeração de páginas de 1 a 183.

Ora, considerando que todas as páginas dos documentos de habilitação da Recursante foram apresentadas devidamente numeradas, e considerando também que se pode observar no processo licitatório que não há páginas faltantes na mencionada documentação, a alegação de possível extravio de documento, especificamente a Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, não faz o menor sentido.

Assim, a decisão que inabilitou a Recursante foi tomada em estrito atendimento aos princípios que regem as licitações públicas, principalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que a empresa UCHOA CONSTRUÇÕES LTDA não

COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

apresentou a Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, em descumprindo a exigência estabelecida no subitem 7.1.2.6 do Edital.

Cumpre esclarecer que o edital é a lei interna da Licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Sobre a vinculação ao instrumento convocatório, o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso em Mandado de Segurança RMS 23640/DF, tratou da questão em decisão assim ementada:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. **A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade.** 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (grifo nosso)

Vejamos também o julgado do STJ no Recurso Especial RESP nº 1178657:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma eskorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", **este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, **não supre a exigência do edital**. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, **é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes**. (grifo nosso).

Quanto a Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual apresentada junto à peça recursal da empresa UCHOA CONSTRUÇÕES LTDA, esclarecemos que tal documento não pode ser considerado para fins de reforma da decisão atacada, uma vez que o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta. Inclusive, ressalta-se que o referido documento foi emitido em 04/11/2021, posteriormente a sessão pública de abertura da presente licitação, a qual foi realizada em 13/09/2021.

Pelo exposto, a Recursante descumpriu o subitem 7.1.2.6 do Edital, ao não apresentar a Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, impossibilitando a sua habilitação no presente certame, com fundamento no princípio de vinculação ao instrumento convocatório.

4. CONCLUSÃO:

Assim, em face das razões expendidas acima, INDEFIRIMOS o pedido formulado pela RECURSANTE, sustentando o posicionamento inicial, mantendo a inabilitação da empresa UCHOA CONSTRUÇÕES LTDA.

Que o presente julgamento, com a peça recursal apresentada, seja anexado ao processo principal, e ainda, que o presente julgado seja disponibilizado aos interessados.

Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.


Arapiraca/AL, 14 de dezembro de 2021.



TIAGO DE ALMEIDA SILVA
Presidente da CPL



MICHELINY RODRIGUES DE SOUSA OLIVEIRA
Membro da CPL



CLAUDIO BARBOSA DE ALBUQUERQUE SILVA
Membro da CPL